

## 13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

# CIÊNCIAS POLÍTICAS

### IDEOLOGIA E GASTO SOCIAL NOS ESTADOS BRASILEIROS

<sup>1</sup>Izadora Fernandes(IC-CNPq); <sup>1</sup>Bruna Pregizer Couto(IC-CNPq).

1-Departamento de Estudos Políticos. Escola de Ciência Política. Centro de Ciências Políticas e Jurídicas. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Apoio Financeiro: CNPq, UNIRIO.

Palavras-chave: ideologia; gasto social;

### INTRODUÇÃO

A América Latina nas décadas de 1970 e 1980 enfrentou uma crise financeira que desencadeou mudanças no modelo econômico vigente na região, cujo resultado foi a criação de políticas restritivas de gastos e ausência de políticas de bem-estar social. Em decorrência do contexto mundial somado a recente redemocratização, o Brasil passou a crer que a descentralização das políticas sociais poderia contribuir para a universalização de acesso aos serviços essenciais. Por se tratar da transferência das atribuições da gestão federal aos níveis estadual e municipal de governo, é importante examinar as entidades federativas como elementos distintos e diversos, e não como um único ator coletivo.

### OBJETIVO

O presente trabalho tem como objetivo identificar os determinantes políticos do gasto social nos estados brasileiros no período compreendido entre 1985 (pós-democratização) e 2009. A intenção é verificar se a ideologia do governo estadual, a relação deste com o legislativo estadual e representação de cada estado no legislativo federal produz impacto no nível do gasto em saúde e educação. A existência de distinção ideológica entre partidos políticos em termos de políticas públicas é defendida, dentre outros autores, por Hicks e Swank (1984), segundo os quais em países governados por partidos de esquerda os gastos com bem-estar social, aí incluídas as áreas de saúde e educação, são mais elevados do que em países governados por partidos de direita.

### METODOLOGIA

A metodologia utilizada para atingir os objetivos do trabalho compõe-se de levantamento bibliográfico relacionado à criação das políticas sociais no Brasil e o impacto das regras previstas na Constituição Federal de 1988 sobre as mesmas. Com o intuito de filtrar o conteúdo necessário para a pesquisa, foi utilizada a confecção de resenhas, além do levantamento de indicadores econômicos, políticos e sociais dos estados brasileiros, tais como PIB per capita, ideologia dos governadores e nível de gasto social em saúde e educação no período da análise. Um elemento principal da pesquisa é identificar se a variação dos partidos políticos representados nos governos de estado brasileiros impacta na variação do gasto social estadual anual.

### RESULTADOS

Atendendo ao seu cronograma inicial, apresentamos como resultados parciais as seguintes metas alcançadas:

- Levantamento bibliográfico da literatura pertinente do período de 1990 a 2010. Principais fontes bibliográficas:

ARRETCHE, Marta. Federalismo e Relações Intergovernamentais no Brasil: A Reforma de Programas Sociais. 2002.

ARRETCHE, Marta. Federalismo, relações intergovernamentais e políticas sociais no Brasil. 2002.

ARRETCHE, Marta. Relações Federativas nas Políticas Sociais. 2002.

BATISTA, C. C. Partidos Políticos, Ideologia e Política Social na América Latina: 1980-1999. Cadernos de Sociologia e Política (Online), 2008.

VAZQUEZ, D. A. Educação, Descentralização e Desequilíbrios Regionais: Os Impactos do FUNDEF. Campinas, 2003.

- Leitura e resenhas da bibliografia citada;
- Criação de banco de dados com indicadores econômicos e sociais, tais como PIB por estado, gasto com saúde e gasto com educação;
- Criação de banco de dados para a classificação ideológica dos governadores dos estados brasileiros.

### CONCLUSÃO

Os resultados parciais do presente trabalho corroboram nossa previsão da importância de se considerar as subunidades da federação. Não se pode deixar de levar em conta a relevância das instituições subnacionais e seu impacto na estrutura de incentivos dos atores envolvidos nos processos decisórios. A revisão bibliográfica, porém aponta que a descentralização dos gastos sociais com saúde e educação não ocorreu de forma padronizada (ARRETCHE, 2002). Observamos que foram elaboradas políticas específicas (SUS, no caso da saúde e FUNDEF, educação) que geraram níveis diversificados de autonomia aos estados e municípios e, consequentemente, diferenças nos níveis do gasto estadual.



## **13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

### **REFERÊNCIAS**

ARRETCHE, Marta . Federalismo e relações intergovernamentais no Brasil: a reforma de programas sociais. Dados (Rio de Janeiro. Impresso), Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 431-457, 2002.

BATISTA, C. C. . Partidos Políticos e Gastos Sociais na América Latina: 1980-1995. Cadernos de Sociologia e Política (Online), v. 5 e 6, p. 97-113, 2002. <http://www.scielo.br/pdf/dados/v51n3/04.pdf> muda para a referência que está nesse link, de 2008. Corrige na parte dos Resultados Tb.

HICKS, A. e SWANK. (1984), "Government Redistribution in Rich Capitalist Democracies," Policy Studies Journal, 13, 265-86.

VAZQUEZ, D. A. . Educação, Descentralização e Desequilíbrios Regionais: os impactos do FUNDEF. 2003 (Dissertação de Mestrado).